



Célio Azevedo

Representantes indígenas apresentaram ontem suas reivindicações aos senadores em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eles cobraram maior celeridade no processo de demarcação de suas terras, mais

vagas em universidades e melhor compreensão do Judiciário em relação a atos praticados por índios. Do presidente do Senado, Renan Calheiros, receberam apoio à criação de uma comissão para tratar das questões indígenas. **Página 7**

Ministro da Justiça se oferece para comparecer ao Plenário em data a ser definida pelos senadores

Bastos falará no Senado sobre quebra de sigilo

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vai prestar esclarecimentos sobre o episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, que culminou com a queda de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que a data do de-

poimento em Plenário será definida em reunião com os líderes partidários. O próprio Thomaz Bastos se dispôs ontem a falar sobre o possível envolvimento de dois assessores do Ministério da Justiça na quebra do sigilo. O senador Antero Barros disse que o caso deve ser investigado pela CPI dos Bingos. **Página 3**

PT questiona exclusão de nomes e aponta desrespeito ao regimento

Representantes do PT na CPI dos Correios voltaram a protestar contra a condução dos trabalhos pela presidência da comissão. Eles anunciaram a intenção de

pedir ao Ministério Público que investigue nomes que, segundo afirmam, foram excluídos pelo deputado Osmar Serraglio do relatório final. **Páginas 4 e 5**



Genildo Magela

Entre parlamentares petistas, Ideli diz que Delcídio não cumpriu normas na votação

“Não fui eleito presidente para defender o PT”, reage Delcídio

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, acusou o PT de tentar impedir a comissão de aprovar um relatório final com o resultado das investigações. Ele disse que não foi

eleito presidente para defender o PT. O relator, deputado Osmar Serraglio, negou que os ajustes finais no documento tenham influenciado a decisão do PT de contestar a votação. **Página 4**

Congresso tenta votar Orçamento na terça-feira

Depois de meses de embate entre governo e oposição na Comissão Mista de Orçamento, proposta ainda não tem consenso e pode enfrentar dificuldades no Plenário. **Página 2**

Censo, a base para fortalecer o Legislativo

Muitas das mais de 5 mil câmaras municipais não têm regimento interno e funcionam em locais precários. O retrato do Legislativo foi debatido ontem em conferência internacional. **Página 2**



Jane Araújo

Serraglio (à esq., ao lado de Delcídio e Asdrúbal Bentes) explica ajustes finais no relatório

Conferência internacional sobre o I Censo do Legislativo analisa as conseqüências econômicas, sociais e políticas do desequilíbrio entre os Poderes da República

Relação entre Poderes é debatida em conferência do Interlegis

Um dos temas mais discutidos pelos senadores em Plenário, nos últimos meses – a independência entre os Poderes – foi amplamente debatido ontem no segundo dia da Conferência Internacional sobre o I Censo do Legislativo Brasileiro. A iniciativa é do Programa Interlegis – a Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

O jornalista Carlos Alberto Sardenberg avaliou no debate que o desgaste das relações entre os três Poderes é um grave problema sistêmico brasileiro.

– Quando escutamos isoladamente as dificuldades enfrentadas por um dos Poderes em relação aos outros, damos razão a ele. Mas, de repente, percebemos que os outros dois igualmente têm suas razões, e então descobrimos que o problema é o sistema – disse Sardenberg. Para ele, a falta de harmonia entre os Poderes atinge diretamente o desenvolvimento econômico, social e político do país.



Jales Ramos Marques, David Fleischer, Maria de Fátima e José Francisco Sanchez López

O professor da Universidade de Brasília (UnB) David Fleischer avaliou que o problema enfrentado no Brasil é comum aos países que adotaram o sistema republicano, advindo da Teoria de Tripartição dos Poderes sistematizada pelo filósofo francês Montesquieu. A tese é conhecida pelo princípio de “pesos e contrapesos”, que deveria promover o equilíbrio do sistema. “Mas isso não tem ocorrido. Mais de 80% dos investigados da CPI dos Correios, por exemplo, depuseram

com *habeas corpus* preventivo”, exemplificou Fleischer.

O debate contou com a participação também dos cientistas políticos Argelina Cheibub, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; José Francisco Sánchez López, da Universidad de Salamanca; Maria de Fátima Junho Anastásia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Stephane Monclair, da Universidade de Paris I – Sorbonne; e Timothy Joseph Power, da Universidade de Oxford.

Recenseadores relatam situação das câmaras

Na conferência internacional do I Censo do Legislativo Brasileiro foi apresentado, pelos recenseadores, um retrato da situação das casas legislativas de todo o país. Umam funcionam em locais precários, outras não contam com sede própria e algumas não possuem nem regimento interno.

Os recenseadores avaliaram a estrutura das 5.564 câmaras municipais, 26 assembléias legislativas e da câmara legislativa

(DF) e constataram a urgência no aprimoramento profissional dos seus servidores como forma de assegurar a participação popular no processo democrático.

A conferência discutiu o fator humano como agente político no Legislativo. O jornalista Franklin Martins alertou para o desequilíbrio entre o constante crescimento na velocidade de transmissão de informações e a capacidade de absorção delas pelas pessoas.

A professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Jussara Reis considerou que o Censo do Legislativo é um diagnóstico, e que agora é preciso analisar os dados e formular projetos que incluam o capital humano, para que assim o Poder possa recuperar o desgaste de sua imagem. Os dados do censo serão encaminhados ao IBGE, ao TSE, ao Siafi, a universidades e a institutos de pesquisa.

Congresso tentará votar na terça o Orçamento para 2006

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou reunião do Congresso para as 11h de terça-feira, no Plenário do Senado, destinada a discutir e votar o projeto da lei do Orçamento da União para este ano. A votação do projeto está atrasada em mais de três meses.

A demora do Congresso obrigou o presidente da República a assinar decreto fixando os valores que o governo pode gastar por mês, para que a máquina pública não ficasse paralisada. Essa possibilidade é autorizada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e prevê o gasto de duodécimos do projeto original que o Executivo enviou ao Congresso. Em casos

excepcionais, como o da operação tapa-buracos das rodovias, Lula assinou medidas provisórias.

A votação do Orçamento no Congresso pode não ser tranqüila. Os governadores dos estados exportadores estão insatisfeitos por receberem menos dinheiro neste ano a título de ressarcimento por isentarem de impostos as vendas ao exterior (Lei Kandir).

Além disso, nesta semana, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou que pretende obstruir a votação se o governo não destinar mais verbas à construção do gasoduto Coari-Manaus, as quais teriam sido cortadas durante a tramitação do projeto no Congresso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Votações serão retomadas na segunda-feira

A sessão de hoje, às 9h, é destinada aos pronunciamentos de senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que vai realizar sessão deliberativa na segunda-feira, para que as propostas que trancam a pauta sejam votadas o mais rápido possível. Ele também disse que o Orçamento deve ir ao Plenário do Congresso na próxima terça-feira.

Mostra divulga cultura de Portugal

Está em cartaz no Salão Negro do Congresso a *Mostra Especial Portuguesa*, que divulga a cultura de Portugal em três temas: “Descobrimiento do Brasil”, que retrata o contexto histórico do descobrimento e apresenta curiosidades a respeito da chegada dos portugueses ao país; “Tempo da Língua”, com informações sobre a evolução do português; e “A Arte do Azulejo”, com painéis que destacam a importância dos azulejos no contexto da criação artística portuguesa. A exposição está aberta ao público até o dia 28.

CPI dos Correios

A Rádio Senado discute, ao vivo, as repercussões sobre o fim da CPI dos Correios no *Conexão Senado* da segunda, às 12h. Uma retrospectiva dos trabalhos da CPI é tema de especial na emissora, às 20h de hoje.

Comunicação Social

Na segunda-feira, o Conselho de Comunicação Social reúne-se às 14h. Em pauta, as propostas sobre a regulação dos meios de comunicação social. O conselho tenta definir um marco regulatório adequado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão e Paulo Paim e pela senadora Ana Júlia Carepa



Antonio Carlos critica inaugurações feitas pelo presidente em São Paulo e na Bahia

TSE precisa impedir viagens eleitoreiras de Lula, diz ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou as viagens do presidente Lula, como a de ontem, ao Aeroporto Viracopos, em São Paulo, para inaugurar um “edital de licitação” de obras de ampliação do aeroporto, ou como a da última terça-feira, à Bahia, para inaugurar uma fábrica de pneus construída com recursos do governo do estado. Ele classificou as viagens como eleitoreiras e cobrou providências do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O senador também citou editoriais de jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro que analisam denúncias de irregularidades contra o governo, e acrescentou que o presidente a nada responde.



Almeida Lima diz que governo e Câmara trabalham pela impunidade dos corruptos

Povo fará mudança radical nas eleições, prevê Almeida Lima

Almeida Lima (PMDB-SE) previu ontem que o povo fará mudanças radicais pelo voto em outubro, uma vez que instâncias como o governo e a Câmara dos Deputados “estão trabalhando pela opressão dos mais pobres e a impunidade dos corruptos”. Para o senador, “ventos fortes” e “algumas tempestades” são inevitáveis no quadro político e social do país.

A Câmara foi criticada pelo senador pela absolvição de deputados acusados de receber dinheiro do esquema do mensalão. O resultado, avalia Almeida Lima, será uma renovação daquela Casa em 70% nas próximas eleições.

Renan Calheiros ouvirá líderes antes de agendar comparecimento do ministro ao Senado, para esclarecer fatos referentes à quebra de sigilo bancário do caseiro

Senadores negociam data para ouvir Márcio Thomaz Bastos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou na sessão deliberativa de ontem que vai conversar com os líderes partidários para marcar a data do comparecimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao Plenário para prestar esclarecimentos sobre o episódio que culminou com a demissão de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda.

A declaração de Renan foi feita logo após o senador Tião Viana (PT-AC) ter lido comunicado no qual Thomaz Bastos se dispõe a ir a qualquer uma das Casas do Congresso para falar sobre o assunto. Na correspondência, o ministro afirma que a data para o encontro poderá ser definida pelos congressistas.

Vários parlamentares, entre eles Eduardo Suplicy (PT-SP),



Viana leu comunicado no qual o ministro se dispõe a comparecer ao Congresso

Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Jorge (PFL-PE), elogiaram a atitude de Thomaz Bastos.

Nesta semana, o senador José Jorge anunciou que apresentaria requerimento convocando o ministro para comparecer à CPI dos Bingos para falar do possível envolvimento de dois assessores do Ministério

da Justiça na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Conforme notícia publicada na imprensa, esses assessores de Márcio Thomaz Bastos estavam na casa do então ministro Antonio Palocci no momento em que o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, entregou o extrato bancário do caseiro Francenildo. Ainda de acordo com o noticiário, Palocci teria pedido aos dois que acionassem a Polícia Federal para investigar depósitos incomuns na conta bancária do caseiro.

No início da semana, o ministro da Justiça informou que os dois assessores comunicaram depois a Palocci que não tinham como acionar a Polícia Federal apenas com base em suspeita de depósitos anormais.

Para Antero, caso Francenildo Costa ainda não está encerrado

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) está convencido de que o caso Francenildo Santos Costa – caseiro que acusou o então ministro da Fazenda Antonio Palocci de freqüentar mansão alugada em Brasília, conhecida por “república de Ribeirão Preto” – ainda não está encerrado para a CPI dos Bingos. Além da apuração dessa denúncia, o parlamentar considera necessário investigar a suposta participação de Palocci e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na violação do sigilo bancário de Francenildo.

O senador mostrou indignação ao citar depoimento de Antonio Palocci à Polícia Federal em que o ex-ministro o acusa de “instrumentalizar” o caseiro para atacá-lo. Protestou ainda contra a suposta espionagem de seu gabinete por câmeras e o envolvimento de Heráclito Fortes (PFL-PI) na “rede de loucura palaciana”, que o apontaria como participante de um esquema de cooptação do caseiro.

Banestado

Em seu pronunciamento, Antero comemorou investigação



Antero ressalta que violação do sigilo bancário do caseiro deve ser esclarecida

feita pela Procuradoria de Nova York contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Segundo lembrou, voto em separado que elaborou para a CPI do Banestado, a qual presidida, denunciava Meirelles pelo crime de lavagem de dinheiro. O Supremo Tribunal Federal teria acatado pedido de recurso da procuradoria norte-americana e determinado a quebra de sigilo bancário do presidente do BC.

Antero também festejou o resultado de recente pesquisa do Ibope, que aponta crescimento da candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência da República e de José Serra ao governo de São Paulo.



Suplicy: candidato ainda não apresentou projeto claro sobre a política econômica

Suplicy critica proposta econômica de Alckmin

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem, em Plenário, o que considerou como “pistas” do que o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, pretende fazer na política econômica.

O senador afirmou que Alckmin, apesar de condenar freqüentemente o PT por não ter projeto “com começo, meio e fim”, ainda não apresentou uma proposta clara e definida sobre a política econômica que pretende adotar caso seja eleito. Baseando-se em declarações de Alckmin feitas em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Suplicy criticou medida do tucano proposta no campo da gestão pública.

José Maranhão: verticalização “é uma camisa-de-força”

José Maranhão (PMDB-PB) fez, ontem, críticas à decisão do Tribunal Superior Eleitoral de obrigar os partidos a repetirem nos planos estadual e municipal as alianças firmadas com vistas à eleição presidencial. Para ele, a verticalização, como é chamado esse instituto, “é uma camisa-de-força de inspiração autoritária”.

O parlamentar observou que a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97), o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), a Lei Geral das Eleições e a própria Constituição federal, no seu artigo 17, inciso I, não restringem a liberdade partidária e as suas coligações, em qualquer nível.



Leis eleitorais não restringem liberdade partidária e coligações, salienta Maranhão

Senador diz que vai recolher elementos a fim de decidir com imparcialidade sobre pedido para retomada da reunião de votação do relatório da CPI dos Correios

Renan deve examinar o mais rápido possível recurso do PT

Já chegou à Mesa do Congresso Nacional o recurso do PT para que a reunião de votação do relatório final da CPI dos Correios seja retomada, a fim de que se delibere sobre as modificações feitas no texto pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). A decisão agora está nas mãos do presidente do Senado, Renan Calheiros, que pretende tomá-la sem demora. O pedido foi protocolado na Câmara ainda na quarta-feira, logo após a aprovação do parecer.

– Vamos analisar o recurso o mais rapidamente possível. Quero recolher todos os elementos para decidir com imparcialidade

– afirmou o senador.

A atitude do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), de dar os trabalhos por encerrados logo após a aprovação do relatório, sem ter aberto espaço para discussão, está sendo considerada “antidemocrática e truculenta” por seus companheiros de partido. O deputado Jorge Bittar (PT-RJ) acusou Delcídio de “Judas” e de “tentar se fazer de vítima”. Já Maurício Rands (PT-PE) destacou que uma possível punição a Delcídio não chegou a ser debatida, apesar do mal-estar, segundo ele, causado com a atitude do presidente da CPI.

– Tudo se encaminhava para a análise dos destaques e ele desrespeitou – assinalou.

Defesa

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também integrante da CPI, elogiou o trabalho de Delcídio e Serraglio. Ele disse considerar que não há nada mais a fazer e que não cabe, nessa situação, o recurso apresentado pelo Partido dos Trabalhadores.

– O PT perdeu-se, não houve articulação política, eles não conseguiram número de votos suficiente para aprovar o relatório deles. Faz parte do jogo o choro depois da derrota – afirmou.

Petistas questionam mudanças no texto final

Os parlamentares do Partido dos Trabalhadores que integram a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios afirmaram ontem, em entrevista coletiva, que não querem impedir o encaminhamento do relatório da comissão ao Ministério Público, uma vez que apóiam a maioria das conclusões do documento. Eles disseram, entretanto, que pretendem solicitar aos procuradores que investiguem também as pessoas cujos nomes foram excluídos do relatório na última hora.

Reunida na sala da liderança do PT no Senado, a bancada petista divulgou nota à imprensa explicando o recurso apresentado na quarta-feira à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, no qual solicitam que seja realizada nova votação do relatório final da comissão.

O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), responsável pela Sub-Relatoria de Contratos da CPI, questionou a exclusão de vários pedidos de investigação que constavam da primeira versão do documento e informou que o PT vai encaminhar representação ao Ministério Público pedindo que tais nomes sejam investigados. Entre essas exclusões, ele destacou os nomes dos membros da comissão de licitação dos con-



Ideli e deputados petistas anunciam que pedirão ao MP investigação sobre pessoas que foram excluídas

tratos entre a empresa Beta e os Correios. De acordo com o sub-relator, essa licitação seria das mais irregulares que ele já viu. O valor dos contratos alcançaria R\$ 280 milhões.

Cardozo criticou ainda a exclusão dos nomes de Armando Ferreira da Cunha e de João Leite Neto, que teriam envolvimento nas fraudes de licitações dos Correios por meio de franquias. Partes das conclusões sobre a atuação do IRB Resseguros também teriam sido retiradas da texto.

– Somando tudo o que foi excluído, está sob suspeição mais de R\$ 1 bilhão – calculou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Procedimentos

Os parlamentares também questionaram os procedimentos adotados na votação do relatório.

O deputado Carlos Abicalil (PT-MT) reclamou que o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, anunciou o resultado final sem ter colhido todos os votos. A seu ver, os regimentos internos do Senado e da Câmara, e o Regimento Comum, além das tradições do Congresso Nacional, foram desrespeitados, uma vez que, afirmou, Delcídio não permitiu a apresentação de destaques, não ouviu questões de ordem e realizou a reunião da CPI enquanto ocorria votação na Câmara.

Ideli ponderou que as explicações sobre as mudanças no texto do relatório final da comissão e a apreciação dos destaques poderiam ocorrer ainda hoje, o que permitiria encaminhar o parecer ao Ministério Público até a próxima segunda-feira.



“Não fui eleito presidente para defender o PT”, reage Delcídio (D), ao lado de Serraglio

Objetivo dos destaques era impedir aprovação do relatório, diz Delcídio

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, disse ontem, em entrevista coletiva, que a postura dos parlamentares do PT, que durante a votação do texto do deputado Osmar Serraglio insistiram na apreciação de destaques, foi uma estratégia para impedir a comissão de aprovar seu texto final.

– Não aceitamos que no dia da votação queiram mudar regras estabelecidas há uma semana e que ninguém questionou.

Na quinta-feira da semana passada, os membros da CPI receberam um roteiro com os procedimentos que seriam adotados na discussão e votação. Nesse documento, Delcídio esclarecia que, de acordo com o Regimento do Senado, o texto não constituía proposição legislativa. Assim, não cabiam destaques, mas ape-

nas votos em separado.

Delcídio informou que o relatório será entregue nesta segunda-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

O senador se disse tranquilo quanto à sua situação no PT, apesar de ter-se colocado em posição oposta à da bancada governista na votação do relatório final.

– Não fui eleito presidente para defender o PT. Entre ter postura partidária e conduzir os trabalhos de forma correta, prefiro ficar com o trabalho isento.

Delcídio anunciou que está avaliando a possibilidade de entrar com representação, na Corregedoria da Câmara, contra o deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que lhe dirigiu palavras como “Judas” e “canalha” durante a deliberação sobre o relatório.

Serraglio afirma que não excluiu nomes, apenas os remeteu ao MP

O deputado Osmar Serraglio passou grande parte da entrevista coletiva explicando as modificações que fez no texto do relatório final, minutos antes de o documento ser posto em votação.

Algumas dessas modificações, como a exclusão de sugestões de indiciamento, estão sendo duramente criticadas pelo PT, pois as alterações teriam ocorrido sem a devida publicidade e mediante critérios questionáveis, na avaliação do partido.

Indagado por jornalistas se os ajustes teriam sido uma forma de barganha, para garantir os votos favoráveis dos parlamentares considerados indecisos, Serraglio negou.

– Isso são ilações. Eu não mo-

difiquei nenhum fato – garantiu o parlamentar.

Uma das alterações que gerou mais polêmica foi a referente à retirada dos nomes de Armando Ferreira da Cunha e João Leite Neto do capítulo que diz respeito à rede franqueada dos Correios.

Serraglio explicou que não excluiu os nomes, mas apenas os remeteu ao Ministério Público, solicitando que se desse à agência de Tamboré (à qual as duas pessoas estão ligadas) o mesmo tratamento concedido à de Anchieta. O relator disse que percebeu que o texto original não tratava as duas franquias de forma equânime, e que fora alertado sobre isso por um parlamentar do PFL, cujo nome preferiu não citar.

Oposicionistas defendem relatório. Ideli protesta

A reação da bancada do Partido dos Trabalhadores ao processo de votação do relatório final da CPI dos Correios, na quarta-feira, foi considerada por Heráclito Fortes como “mania de perseguição sem cabimento”. Já a senadora Heloísa Helena caracterizou como “bravata regimental” o recurso do PT, protocolado na Câmara, para que a sessão da comissão

de inquérito seja retomada, permitindo o exame de destaques apresentados ao texto final. A líder do PT, Ideli Salvatti, justifica o pedido dizendo que o presidente da CPI, Delcídio Amaral, teria desrespeitado normas regimentais ao oferecer aos parlamentares um “texto resumido”, sem a identificação de inclusões e exclusões. O texto de Osmar Serraglio foi elogiado por José Jorge, que

parabenizou as atuações do presidente e do relator da CPI. Também o senador Jorge Bornhausen enalteceu o trabalho realizado pelos integrantes da comissão e sugeriu que as conclusões sobre o escândalo do mensalão sejam utilizadas para conduzir mudanças necessárias ao país, com a extinção do instituto da reeleição e a redução das dimensões do Estado.

Ideli Salvatti



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Desrespeito à Constituição e a normas regimentais

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), protestou em Plenário contra a condução dos trabalhos pela presidência da CPI dos Correios, na quarta-feira, quando foi votado o relatório de Osmar Serraglio (PMDB-PR). A senadora vê desrespeito à Constituição, ao Regimento Interno do Senado e ao Regimento Comum do Congresso.

– Quando o direito de publicidade do texto a ser votado é negado e o parlamentar nem mesmo sabe o que está votando, está se abrindo um gravíssimo precedente – ponderou.

Na avaliação de Ideli, o presidente da comissão, Delcídio Amaral (PT-MS), teria infringido normas regimentais ao se negar a colocar em votação os votos em separado apresentados ao relatório e ao oferecer aos parlamentares um “texto resumido”, em que não estavam identificadas inclusões e exclusões ao texto ou quem as havia solicitado.

Entre os exemplos de trechos subtraídos sem explicação, citados por Ideli, está o pedido de indiciamento das empresas Beta e Skymaster e uma investigação sobre aplicação feita pelo IRB Resseguros, que teria causado graves prejuízos.

A senadora lembrou que o recurso ao voto em separado foi utilizado em várias CPIs e indagou por que, no caso específico da CPI dos Correios, a norma regimental não foi seguida.

Heráclito Fortes



PT queria jogar investigações “para debaixo do tapete”

“Quem quis tirar nomes do relatório final da CPI dos Correios foi o PT, que queria excluir nomes de petistas”, afirmou ontem Heráclito Fortes (PFL-PI), ao contestar discurso feito pouco antes pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC).

– A mania de perseguição que tomou conta de alguns petistas não tem cabimento – assinalou.

Heráclito criticou os destaques e o voto em separado elaborados pelo PT e apresentados em contraposição ao relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Ele acusou o PT de fazer grande parte das ressalvas ao relatório para atender a interesses do governo Lula e tentar jogar a apuração das denúncias de corrupção “para debaixo do tapete”.

– Se o relator atendesse aos desejos do governo, absolveria todos e, por esse crime, seria indiciado junto com o presidente da CPI dos Correios. É preciso que o PT atente para este fato – disse.

Na opinião de Heráclito, a aprovação do relatório representou, na verdade, uma grande felicidade para o governo Lula. Para o senador, “pior seria se isso não tivesse acontecido”. Ele disse estranhar que o PT, na condição de “paladino da moralidade”, não tenha pedido nos destaques ou no voto em separado o indiciamento do assessor do deputado estadual José Nobre, irmão do ex-presidente do PT José Genoíno, flagrado transportando milhares de dólares e de reais na cueca.

Heloísa Helena



Governistas erraram por não estudar o regimento

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou ontem o recurso apresentado pela bancada do PT que solicita nova votação do relatório final da CPI dos Correios. Ela reiterou o que havia dito no dia anterior, quando declarou que a aprovação do relatório foi “absolutamente correta do ponto de vista regimental”, e que os governistas, “cegos por sua arrogância, erraram ao não estudar o regimento”.

Ao refutar os protestos da bancada do PT, Heloísa Helena disse que o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), havia encaminhado aos parlamentares, na quinta-feira da semana passada, um documento com “tudo isso que eles [os governistas] agora estão rejeitando”.

– Por que eles aceitaram isso na semana passada? – indagou.

Para a senadora, os governistas ignoraram o regimento porque optaram pelas “negociações subterrâneas, tentando fazer acordos com parlamentares do PFL e do PSDB”.

– Mas, quando perceberam que essa tática havia falhado, decidiram fazer uma bravata regimental – afirmou.

Heloísa Helena admitiu que ela também ficou descontente com o relatório de Osmar Serraglio (PMDB-PR). “Fatos graves não foram incorporados, e vários nomes, como o do banqueiro Daniel Dantas, acabaram sendo excluídos”, frisou.

José Jorge



Congresso Nacional admitiu a existência do mensalão

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou que a aprovação do relatório final da CPI dos Correios, como elaborado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), significou o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da existência do mensalão. Para ele, como o relator comprovou que havia recursos públicos entre as fontes de financiamento do esquema de corrupção gerido pelo empresário Marcos Valério, ficou demonstrada a existência de corrupção no governo.

O parlamentar se mostrou satisfeito com o texto aprovado, dizendo que, apesar de não ter colocado no relatório todas as evidências contra o presidente Lula, o relator apontou “com precisão” a origem dos recursos para corromper parlamentares e soube contestar a argumentação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, de que as fontes desses recursos eram empréstimos tomados junto à rede bancária.

O senador ainda parabenizou a atuação de Serraglio e do presidente da CPI, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), dizendo-se arrependido de ter duvidado, quando a comissão iniciou seus trabalhos, da imparcialidade dos dois, já que ambos pertencem à base do governo.

– No decorrer dos trabalhos, ambos mostraram lisura e “espírito republicano” – afirmou José Jorge.

Jorge Bornhausen



“Há indícios de crime de responsabilidade do presidente Lula”

Ao fazer uma síntese das diversas fases da CPI dos Correios, desde as dificuldades para a coleta de assinaturas para sua instalação até a votação do relatório final, o senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, afirmou ontem em Plenário que existem indícios profundos de crime de responsabilidade do presidente Lula apurados nas investigações da comissão.

– Há que se dizer que há indícios profundos de crime de responsabilidade do presidente da República. Ninguém pode negar que faltaram respostas do presidente a questões que foram levantadas [pela CPI] – frisou.

Bornhausen, após elogiar não só o trabalho de membros de partidos de oposição na comissão, como também do presidente Delcídio Amaral (PT-MS) e do relator Osmar Serraglio (PMDB-PR), alertou para a necessidade de extrair do escândalo do mensalão conclusões indispensáveis para realizar mudanças no Brasil.

Entre as possíveis melhorias, Bornhausen defendeu a mudança do sistema de governo, a extinção do instituto da reeleição, a diminuição das dimensões do Estado e a reforma política. Com relação ao último item, Bornhausen considerou que a principal causa do mensalão foi a falta de fidelidade partidária, que permitiu a compra de consciência de parlamentares pelo Executivo.

José Agripino



Recurso da bancada do PT afronta a opinião pública

Ao discursar ontem em Plenário, o senador José Agripino (PFL-RN) criticou o recurso apresentado pela bancada do PT à Mesa da Câmara, no qual os governistas solicitam uma nova votação para o relatório final da CPI dos Correios. Para Agripino, líder do PFL, o recurso é uma “afronta à opinião pública”. Além disso, ele defendeu o presidente e o relator da comissão – respectivamente, senador Delcídio Amaral (PT-MS) e deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

– Ambos integram a base do governo e, por isso, tinham tudo para fazer um relatório ameno, que não desagradasse o governo. Mas isso não ocorreu – ressaltou Agripino, destacando que Serraglio “não abriu mão de escrever que houve, sim, mensalão”.

Mas, em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou que, “a bem da verdade, a oposição reconhece que tanto Delcídio como Serraglio acabaram se curvando a algumas pressões; estas vieram, todas, da base do governo”. Heráclito declarou que o relatório final, apesar disso, “foi honesto”.

Comissão ouve embaixador sobre desaparecimento de engenheiro

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouviu ontem, em audiência reservada, o embaixador brasileiro na Tunísia, Sérgio Barcellos Telles, a respeito do seqüestro do engenheiro João José Vasconcellos Júnior, ocorrido em março de 2005. Segundo a imprensa, ele foi morto por terroristas muçulmanos no mesmo mês.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), que solicitou a audiência, lembrou que o engenheiro prestava serviços, no Iraque, a uma subsidiária da construtora Norberto Odebrecht. O senador definiu como “delicada” a situação e disse que os fatos precisam

Alvaro Dias



CPI dos Correios constatou existência do mensalão

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a CPI dos Correios cumpriu sua missão ao votar um relatório final e enviá-lo ao Ministério Público para a instauração de processo investigativo. De acordo com o senador, os depoimentos, os dados e os indícios colhidos no âmbito da comissão justificaram sua instalação.

– A CPI dos Correios constatou que houve mesmo mensalão e mostrou a relação promíscua do governo Luiz Inácio Lula da Silva com o Parlamento. Isso é um fato positivo para o Congresso, uma vez que daqui só destacam aspectos negativos – comemorou, dizendo que a aprovação, na última quarta-feira, do relatório do deputado Osmar Serraglio tornou-se um fato histórico.

Alvaro Dias analisou ainda a tentativa de integrantes do PT e da bancada governista de votar um relatório paralelo ao do relator e de apresentar emendas “para alterar o resultado final”. Na avaliação do parlamentar, não adianta agora interpor recursos para a reabertura da reunião da comissão de inquérito e nova votação do relatório.

ser esclarecidos.

– O Senado quer informações, até para ver que providências poderá tomar no sentido não só de aliviar a dor dos familiares, mas também para procurar uma solução para o caso – declarou Heráclito.

Na opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), o encontro com o embaixador foi “excepcional” pela oportunidade que os parlamentares tiveram de obter esclarecimentos sobre o fato. Tuma fez questão de esclarecer que a “idéia generalizada – veiculada na mídia – de que todos os muçulmanos são terroristas é falsa”.

Senador lamenta frustrada edição de medida provisória, dizendo que “Lula retroagiu e acabou de decidir que não é o caso nem de MP nem de praticar o bem”

Demostenes alerta governo para crise no agronegócio

Demostenes Torres (PFL-GO) alertou o governo federal para os prejuízos que a economia do país deverá sofrer no agronegócio em 2006, por conta da quebra da safra de grãos, redução das exportações e falta de crédito para o setor. Segundo dados que citou em Plenário, o Brasil experimentou, entre 2004 e 2005, uma perda de R\$ 14 bilhões devido à queda da participação da agropecuária no produto interno bruto (PIB).

O senador ironizou o fato de o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, ter declarado que “somente agora o presidente Lula e o governo se deram conta de que há uma crise na agricultura”, para protestar contra o que classificou de descaso oficial.

– Gostaria de convidar o presidente e o ministro a visitarem as cidades do sudoeste goiano,



Demostenes também conclama senadores a derrubar veto de Lula

onde se promovem feiras agropecuárias. Quero que comprovem a situação que estão passando os produtores. Jataí, cidade onde Juscelino Kubitschek declarou que construiria Brasília e maior produtora de milho do país, é hoje a imagem do desalento.

O senador lamentou a frustrada

edição de uma medida provisória que o governo vinha preparando com o segmento rural para minimizar a crise, a chamada “MP do Bem do Agronegócio”. Conforme lembrou, nesta semana era esperada a edição da medida, “mas o governo Lula retroagiu e acabou de decidir que não é o caso nem de MP nem de praticar o bem”. A proposta desonera tributos da cadeia produtiva do agronegócio com a isenção de insumos e a ampliação do crédito agrícola.

Dirigindo-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros, Demostenes conclamou os senadores a derrubarem o veto total do presidente da República à lei que repactua as dívidas dos produtores rurais da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), aprovada recentemente pelo Congresso.

Valdir Raupp apóia novo pacote agrícola

Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou apoio ao pacote de medidas de apoio à agricultura anunciado ontem pelo governo. Para o senador, mesmo que as medidas não atendam a todos os produtores e não surtam os resultados esperados, existe a possibilidade de reverter a situação de crise da agropecuária do país.

Ele lamentou a ocorrência da crise no momento em que o Brasil desponta como uma das maiores potências agrícolas do mundo.

São 17 as medidas anunciadas pelo governo, entre elas a liberação de R\$ 1,5 bilhão para formação de estoques oficiais



Para Raupp, persiste a possibilidade de reverter situação da agropecuária

de alimentos e créditos de R\$ 5 bilhões para que produtores ou intermediários façam estoques, à espera de melhores preços. O

senador citou ainda a prorrogação de parcelas de financiamentos de vários programas, vencidas em 2005 e neste ano. Ele considerou importante a decisão oficial de manter em R\$ 45 bilhões a verba do Orçamento da União para o seguro rural.

Raupp pediu atendimento a outras reivindicações, como a suspensão das tarifas de importação de fertilizantes e defensivos agrícolas, a isenção do PIS-Pasep e da Cofins na comercialização de insumos e a extensão aos produtores de soja do Norte e do Centro-Oeste dos benefícios fiscais do Programa do Biodiesel.

Motta critica tratamento dado aos agricultores

João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou que o Brasil precisa de gerenciamento, garantia de preços para a agricultura e de seguro rural para cobrir os eventuais prejuízos dos agricultores em caso de quebra de safra. Para Motta, não há mais o que esperar do governo Lula.

– Enquanto as multinacionais não pagam na hora de importar e



Motta: “Povo brasileiro paga 50% de impostos sobre o arroz e o feijão”

exportar, o povo brasileiro paga 50% de impostos sobre o arroz e o feijão e a camisa que veste.

Motta disse que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, está desmoralizado por não ter

conseguido sensibilizar as autoridades monetárias para o problema da dívida dos agricultores. Ele criticou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercante (PT-SP), por ter, segundo Motta, demonstrado satisfação com a notícia da venda do arroz brasileiro por R\$ 12 a saca.

– É caso de polícia. Deveria ser caso de execração da vida pública. Não cabe na cabeça de ninguém uma pessoa com diploma de economista ter o entendimento de que a falência dos que produzem nossa alimentação seja motivo de alegria.

Tuma sugere revisão dos contratos de financiamento habitacional

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem a revisão do mecanismo utilizado para reajustar o saldo devedor dos contratos de financiamento habitacional – no caso, a Taxa Referencial (TR). Ao discursar em Plenário, Tuma disse que há no país 50 mil famílias, “em sua maioria pertencentes à classe média, que ousaram sonhar com a casa própria e que, hoje, vivem um verdadeiro pesadelo, cujo nome é saldo devedor”.

– Tenho o mais absoluto respeito pelos contratos livremente assumidos. Mas é preciso considerar a natureza especial dos contratos de financiamento habitacional – afirmou.

Tuma ressaltou que, nesses contratos, “o agente financeiro – o banco – está no lado forte, enquanto o mutuário está no lado fraco”. O senador argumentou ainda que, com a utilização da Taxa Referencial como mecanismo de reajuste dos saldos devedores, “surgiram enormes distorções, nas quais, via de regra, os agentes financeiros lucraram, enquanto os mutuários, na outra ponta, tiveram de arcar com os prejuízos”.

– Na prática, os salários dos mutuários não acompanham a evolução dos saldos remanescentes e, no limite, muitos imóveis têm sido retomados pelos bancos.



Tuma observa que 50 mil famílias “vivem um pesadelo, cujo nome é saldo devedor”

Luta na fronteira

Romeu Tuma também alertou para mais uma invasão das fronteiras do Brasil na Amazônia por integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O episódio ocorreu quarta-feira, quando uma guarnição do Exército prendeu dois guerrilheiros e matou um terceiro.

Foram 40 minutos de tiroteio entre os soldados da guarnição do Exército do Pelotão de Cacuí, localizado próximo ao município de São Gabriel da Cachoeira (AM), nos limites com os territórios da Colômbia e da Bolívia. A guarnição brasileira fez a apreensão de dólares (100 mil), euros (170 mil), reais (100 mil) e bolivares colombianos (1,1 bilhão).

Após a troca de tiros, os soldados brasileiros chegaram à embarcação dos colombianos, encontrando ali três fuzis (provavelmente AR-15), uma pistola, um revólver e muita munição.

Aelton destaca resultado positivo de encontro do BID para Minas

Aelton Freitas (PL-MG) assinalou o resultado positivo para a economia de Minas Gerais e do país gerado pela 47ª Reunião Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), encerrado na quarta-feira, em Belo Horizonte. Ficou acertada, por exemplo, a destinação de US\$ 45 milhões para obras em municípios mineiros beneficiados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Segundo explicou, esses recursos serão aplicados em saneamento, infra-estrutura, proteção ambiental e do patrimônio histórico nos três pólos estaduais do Prodetur: Vale do Jequitinhonha, norte de Minas e São Francisco. O estado de Minas também deve receber mais US\$ 100 milhões do BID, vinculados a programa de pavimentação de estradas de terra que ligam cidades do interior. Esse empréstimo já foi aprova-



Aelton acredita que recursos de US\$ 450 milhões aliviarão demanda de prefeituras

do pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda a votação no Plenário.

No plano nacional, Aelton comentou a confirmação de US\$ 450 milhões em investimentos do BID na infra-estrutura de municípios de médio porte, ou seja, com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. O senador acredita que a iniciativa vai aliviar a demanda das prefeituras por verbas para obras viárias e saneamento.

Presidente do Senado recebe de lideranças documento que pede criação de organismo capaz de reunir mais de cem propostas que tramitam no Congresso Nacional

Renan defende comissão para tratar de assuntos indígenas

Acabou em aplausos e chocalhar de maracas o encontro de lideranças indígenas com o presidente do Senado, Renan Calheiros, após o senador informar que apoiará a formação de uma comissão especial mista temporária para estudar e propor mecanismos de inclusão social e concessão de cidadania aos povos indígenas. Renan recebeu do presidente do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas, Gecinaldo Sateré-Mawé, a “Carta da Mobilização Nacional Terra Livre”, resultante de encontro realizado dois dias antes em frente ao Congresso Nacional.

O requerimento para criação da comissão é do senador Paulo Paim (PT-RS). De acordo com a proposta, o grupo seria composto por 11 deputados e 11 senadores. O pedido para criação de uma comissão específica para tratar de todas as questões indígenas no Congresso é também dos índios. Eles reivindicam a criação de



Índios entregam a Renan Calheiros “Carta da Mobilização Nacional Terra Livre”

um organismo capaz de reunir as mais de cem propostas que estão tramitando e que seria uma instância de interlocução, visto que eles desejam ser ouvidos na elaboração das políticas públicas que lhes digam respeito.

O documento entregue por Gecinaldo Sateré-Mawé e vários representantes indígenas lista as reivindicações discutidas no III Acampamento Terra Livre. Elas consistem na criação de um conselho nacional de política indigenista, na retomada do

ritmo de análise dos processos de regularização de terras que aguardam decisão no Ministério da Justiça e em um programa de proteção à biodiversidade. Os índios reivindicam ainda serviços de qualidade nas áreas de saúde e educação.

Renan Calheiros lembrou que, sob sua gestão no Ministério da Justiça, em 1998, foi editada portaria determinando a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Reivindicações dos índios obtêm apoio de senadores

Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre os direitos dos povos indígenas, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a necessidade de inclusão social das comunidades indígenas, política que, afirmou, requer a demarcação de suas terras, bem como melhores condições de educação e saúde pública nesses territórios.

A audiência pública da CDH contou com a presença de várias lideranças indígenas, que reivindicaram mais celeridade no processo de demarcação de suas terras, mais vagas reservadas em universidades e uma melhor compreensão por parte do Poder Judiciário em relação a atos praticados por indígenas.

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), que na audiência declarou sua ascendência indígena, o maior problema de fixar os limites das terras é o fato de as decisões serem tomadas por autoridades distantes, sem que sejam ouvidos os habitantes da região.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que a demarcação de terras indígenas na Amazônia representa uma questão de soberania nacional, pois somente com o assentamento legal e permanente de populações ribeirinhas e de tribos indígenas será possível fazer frente às ambições de potências estrangeiras.

O representante do povo Sateré-Mawé, Gecinaldo Barbosa Cabral, afirmou que tramita no Congresso Nacional grande número de projetos contra os direitos indígenas assegurados na Constituição.

A subprocuradora-geral da República, Débora Duprat, observou que são vários os projetos que propõem limitar os direitos dos povos indígenas.

O presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que os índios brasileiros são muito generosos por não reivindicarem uma nação própria separada do Brasil, como fazem índios de outros países, como o México.



Jucá anuncia que não-índios terão mais tempo na Raposa Serra do Sol

Jucá: agricultores ganham prazo para deixar reserva

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou que o Ministério da Justiça adiará a data para que os residentes não-índios da reserva indígena Raposa Serra do Sol desocupem a área. O decreto presidencial que homologou a reserva estipulava 15 de abril como último dia para a retirada. Jucá informou que esse processo só ocorrerá depois do pagamento das indenizações aos colonos que terão suas terras desapropriadas, o que pode demorar três meses.



Palhaço Carequinha recebe homenagem póstuma de senadores

Os senadores prestaram ontem homenagem a George Savalla Gomes, o palhaço Carequinha, que faleceu na última terça-feira em São Gonçalo (RJ), aos 90 anos. Por iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e do senador Eduardo Suplicy (PT-

SP), foram encaminhados à Mesa dois requerimentos de votos de pesar pela morte do artista, que divertiu principalmente as gerações dos anos 50 e 60 e gravou 26 discos.

Heloísa lembrou que Carequinha foi o primeiro artista circense

na TV brasileira e precedeu a todos nos programas de auditório. Suplicy traçou uma breve biografia de Carequinha, lembrando que seu sucesso o levou a ser condecorado na Itália como o “palhaço nº 1 do mundo”.

Em apartes, Demostenes Tor-

res (PFL-GO) lamentou a morte do artista e Paulo Paim (PT-RS) elogiou Carequinha. Alvaro Dias (PSDB-PR), no exercício da presidência da Mesa, Flávio Arns (PT-PR) e José Jorge (PFL-PE) também se associaram à homenagem ao artista.

Conforme estudo da Unesco divulgado pelo senador, Brasil é o segundo país do mundo em número de mortes violentas entre os jovens, só perdendo para a Colômbia

Cristovam alerta para o problema da violência nas escolas do país

De acordo com a Unesco, o Brasil é o segundo país do mundo em número de mortes violentas entre os jovens, só perdendo para a Colômbia. As escolas brasileiras mais violentas estão em São Paulo e no Distrito Federal. Ao comentar essas informações da tribuna do Plenário, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse lamentar que, apesar de esses dados terem sido divulgados em 2002, até agora pouco foi feito para reverter tal situação.

– A violência nas escolas está clandestina, não aparece no *Fantástico* com a ênfase do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, mas ela é igualmente grave. O estudo patrocinado pela Unesco apresenta dados estarrecedores.



Cristovam informa que Brasília lidera o número de roubos e furtos em escolas

Tanto quanto os que vimos no documentário. A diferença é o público da violência e que ela não está concentrada, como nas favelas, mas diluída nas escolas.

Segundo Cristovam, foram

ouvidos 33 mil alunos em 14 capitais brasileiras. As principais formas de violência detectadas foram ameaças, roubos e furtos, violência física e depredação. Brasília lidera o número de roubos e furtos em escolas.

Em apartes, Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romeu Tuma (PFL-SP) elogiaram a iniciativa de Cristovam ao promover, no início desta semana, a exibição de *Falcão – Meninos do Tráfico* na Comissão de Direitos Humanos, da qual o senador é presidente. Já Sérgio Zambiasi (PTB-RS) leu manchete da edição de ontem do jornal *Diário Gaúcho* (“Tiros e pânico na escola”) para ilustrar que a violência nas escolas é um problema nacional.

Sérgio Zambiasi saúda os 90 anos da atriz Carmen Silva

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou ao Plenário que a atriz gaúcha Carmen Silva festejou, na última quarta-feira, “lúcida e com saúde”, seus 90 anos de idade em uma festa com amigos e parentes no Theatro São Pedro, em Porto Alegre.

Zambiasi lembrou os passos da atriz no rádio, no teatro e na

televisão desde a Rádio Cultura de Pelotas. Ela integrou grandes elencos de emissoras de rádio e de televisão de São Paulo e do Rio e, num papel recente, em que fazia o papel de avó maltratada por uma neta, chegou a comparecer ao Senado para defender os direitos das pessoas mais velhas durante a discussão do Estatuto do Idoso.



Zambiasi: atriz esteve há pouco tempo no Senado para defender direitos dos idosos

Ney Suassuna registra vitória de brasileiro no mundial de natação

Ney Suassuna (PMDB-PB) cumprimentou o nadador paraibano Kaio Márcio Almeida, de 21 anos, que conquistou ontem a medalha de ouro nos 100 metros borboleta no mundial de natação em piscina curta, que está sendo disputado em Xangai, na China.

O parlamentar acrescentou que Kaio Almeida confirmou seu

favoritismo na prova ao derrotar o venezuelano Albert Subirats, que ficou em segundo lugar, e o norte-americano Jayme Cramer. Ney Suassuna registrou que o nadador paraibano ainda competirá em duas provas, no mundial, com chances de ganhar o ouro: nos 50 e nos 200 metros estilo borboleta.



Suassuna comemora medalha de ouro de Kaio Almeida nos 100 metros borboleta



Verônica, Renan, Alencar, Marisa e Lula na cerimônia de reabertura do palácio

Renan participa da reabertura oficial do Palácio da Alvorada

Ao lado do presidente Lula e da primeira-dama, Marisa Letícia, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e sua esposa, dona Verônica Calheiros, participaram ontem da cerimônia de reabertura do Palácio da Alvorada, após a obra de 15 meses que restaurou a residência oficial do presidente da República.

Com um custo de R\$ 18,4 milhões, a restauração contou com o acompanhamento do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em seu discurso, Lula explicou que era preciso corrigir a dete-

rioração de instalações elétricas, hidráulicas e prediais do palácio. Tombado pela Unesco, o Palácio da Alvorada é considerado patrimônio histórico da Humanidade e vai completar 50 anos em 2008.

– Lamentavelmente, quando você pensa em restaurar um monumento, sempre aparece um engraçadinho para dizer: “Isso daria para comprar tantas cestas básicas, para fazer tantas casas populares”. Com medo da crítica, ninguém tem coragem para fazer. Quem ganha as eleições para presidente da República imagina: “Eu vou ficar só quatro anos; para que vou cuidar disso?” – afirmou Lula.

Marco Maciel destaca inauguração do Museu da Língua Portuguesa

Ao registrar a inauguração do Museu da Língua Portuguesa, o primeiro no mundo dedicado a um idioma, o senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a necessidade do ensino rigoroso da língua portuguesa já a partir da 1ª série do ensino fundamental.

Marco Maciel ressaltou que o museu está instalado na antiga Estação da Luz, no centro histórico da capital paulista, por onde passou a maior parte dos imigrantes vindos para o Brasil no século 20, e onde eles ouviram pela primeira vez a língua portuguesa falada por brasileiros.

– Parcialmente destruída por incêndio em 1946 e reconstruída na década de 50, ainda hoje a Estação da Luz serve com seus trens



Maciel defende o ensino rigoroso do português desde o ensino fundamental

a grande parte da população. Este é um dos motivos pelos quais esse museu tem características inovadoras, não só na sua estruturação, como na destinação direta aos usuários – afirmou Maciel.